



Concurso Público para provimento de cargos de
Agente Técnico Legislativo
Direito

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'O15', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Discursiva - Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Representatividade ética

Costuma-se repetir à exaustão, e com as consequências características do abuso de frases feitas e lugares-comuns, que as esferas do poder público são o reflexo direto das melhores qualidades e dos piores defeitos do povo do país. Na esteira dessa convicção geral, afirma-se que as casas legislativas brasileiras espelham fielmente os temperamentos e os interesses dos eleitores brasileiros. É o caso de se perguntar: mesmo que seja assim, deve ser assim? Pois uma vez aceita essa correspondência mecânica, ela acaba se tornando um oportuno alibi para quem deseja inocentar de plano a classe política, atribuindo seus deslizes a vocações disseminadas pela nação inteira... Perguntariam os cínicos se não seria o caso, então, de não mais delegar o poder apenas a uns poucos, mas buscar reparti-lo entre todos, numa grande e festiva anarquia, eliminando-se os intermediários. O velho e divertido Barão de Itararé já reivindicava, com a acidez típica de seu humor: "Restaure-se a moralidade, ou então nos locupletemos todos!"

As casas legislativas, cujos membros são todos eleitos pelo voto direto, não podem ser vistas como uma síntese cristalizada da índole de toda uma sociedade, incluindo-se aí as perversões, os interesses escusos, as distorções de valor. A chancela da representatividade, que legitima os legisladores, não os autoriza em hipótese alguma a duplicar os vícios sociais; de fato, tal representação deve ser considerada, entre outras coisas, como um compromisso firmado para a eliminação dessas mazelas. O poder conferido aos legisladores deriva, obviamente, das postulações positivas e construtivas de uma determinada ordem social, que se pretende cada vez mais justa e equilibrada.

Combater a circulação dessas frases feitas e lugares-comuns que pretendem abonar situações injuriosas é uma forma de combater a estagnação crítica – essa oportunista aliada dos que maliciosamente se agarram ao fatalismo das "fraquezas humanas" para tentar justificar os desvios de conduta do homem público. Entre as tarefas do legislador, está a de fazer acreditar que nenhuma sociedade está condenada a ser uma comprovação de teses derrotistas.

(Demétrio Saraiva, inédito)

1. Pareceu necessário, ao autor, empregar o adjetivo **ética**, no título do texto, porque o conceito de **representatividade** costuma ser
- (A) utilizado como um valor, em princípio, absoluto, não se prestando a justificar interesses escusos.
 - (B) lembrado em seu valor relativo, pois a tarefa legislativa é mais alta do que a de representar os anseios públicos.
 - (C) maliciosamente utilizado por quem dele se vale como abono social para a prática de atos inescrupulosos.
 - (D) referido como um desses valores que, historicamente, vão mudando de sentido de acordo com a época.
 - (E) ingenuamente tomado como consensual, já que há muitas dúvidas quanto às tarefas que cabem ao legislador.

2. Atente para as seguintes afirmações:

- I. No 1º parágrafo, a pergunta dos cínicos e a frase do Barão de Itararé consideram a possibilidade da universalização de vantagens inescrupulosamente obtidas.
- II. No 2º parágrafo, o autor expressa sua convicção de que é fatal, na esfera do poder legislativo, a disseminação das mesmas mazelas que afetam o conjunto da sociedade.
- III. No 3º parágrafo, o combate aos lugares-comuns e às frases feitas é considerado um recurso válido para quem considera banal a disseminação dos vícios sociais.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:

- (A) são o reflexo direto (1º parágrafo) = constituem a condicionante básica.
- (B) Na esteira dessa convicção (1º parágrafo) = em que pese a tal certeza.
- (C) síntese cristalizada (2º parágrafo) = tópico transparente.
- (D) postulações positivas (2º parágrafo) = demandas afirmativas.
- (E) abonar situações injuriosas (3º parágrafo) = retificar ações caluniosas.

4. O velho e divertido Barão de Itararé já reivindicava (...): "Restaure-se a moralidade, ou então nos locupletemos todos!"

Transpondo-se adequadamente o trecho acima para o discurso indireto, ele ficará: **O velho e divertido Barão de Itararé já reivindicava que**

- (A) ou bem se restaurasse a moralidade, senão nos locupletaríamos todos.
- (B) fosse restaurada a moralidade, ou então que nos locupletássemos todos.
- (C) seja restaurada a moralidade, ou todos nos locupletávamos.
- (D) seria restaurada a moralidade, caso contrário nos locupletássemos.
- (E) a moralidade seja restaurada, quando não venhamos a nos locupletar.



5. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
- (A) Há frases que se repete à exaustão e que, exatamente por isso, passam a soar como se constituíssem cada uma delas uma verdade incontestável.
- (B) Frases sempre haverão que, à força de se repetirem ao longo do tempo, acabam sendo tomadas como verdades absolutas.
- (C) Quando a muitas pessoas interessam dar crédito a frases feitas e lugares-comuns, há o risco de se cristalizar falsos juízos.
- (D) O hábito da repetição mecânica de frases feitas e lugares-comuns acabam por nos conduzirem à fixação de muitos preconceitos.
- (E) Cabe aos indivíduos mais conscientes combater o chavão e o lugar-comum, para que não se percam de vista os legítimos valores sociais.
-
6. *As casas legislativas, cujos membros são todos eleitos pelo voto direto, não podem ser vistas como uma síntese cristalizada da índole de toda uma sociedade (...).*
- Considerando-se aspectos de construção da frase acima, é correto afirmar que
- (A) o segmento *cujos membros são todos eleitos* pode ser adequadamente substituído por *em cujas os membros são todos eleitos*.
- (B) a eliminação das duas vírgulas em nada alteraria o sentido veiculado pela frase.
- (C) a transposição para a voz ativa do segmento *não podem ser vistas* resultará na forma *não se veem*.
- (D) o segmento *como uma síntese* pode ser adequadamente substituído por *tal uma síntese*.
- (E) o segmento *de toda uma sociedade* está empregado no sentido de *qualquer sociedade*.
-
7. Uma nova e correta redação da frase do Barão de Itararé, citada no texto, que preserva o sentido original é:
- (A) Nos locupletemos todos, quando se restaurar a moralidade.
- (B) Locupletemo-nos todos, a menos que se restaure a moralidade.
- (C) Venhamos a nos locupletar, conquanto se restaura a moralidade.
- (D) Que todos locupletemo-nos, ou então restaure-se a moralidade.
- (E) Quando todos nos locupletamos, escusado é restaurar a moralidade.
-
8. *A chancela da representatividade, que legitima os legisladores, não os autoriza em hipótese alguma a duplicar os vícios sociais (...).*
- Nessa frase, são exemplos de uma mesma função sintática os termos
- (A) *os legisladores e os vícios sociais*.
- (B) *A chancela e os legisladores*.
- (C) *da representatividade e autoriza*.
- (D) *em hipótese alguma e da representatividade*.
- (E) *A chancela e os vícios sociais*.
-
9. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Imagina-se que o povo espera dos legisladores uma representação de seus valores essenciais, pois quanto a isso é que se galga o poder.
- (B) O Barão de Itararé ficou sendo um signo do anedotário nacional, tanto assim que em suas frases de efeito resistem a perdurar por gerações.
- (C) Os lugares-comuns constituem expressões do senso comum, em cuja prática muitos hábitos se propagam e muitos preconceitos se consolidam.
- (D) Uma frase-feita, é com frequência, mais que um vício de linguagem, sendo uma acomodação da consciência que se dispensa a criticar.
- (E) Os inescrupulosos costumam atribuir aos demais cidadãos o epíteto de fraquezas humanas, quando eles próprios é que costumam envergá-la.
-
10. Quanto à flexão e à correlação de tempos e modos, estão corretas as formas verbais da frase:
- (A) Não constitui desdouro valer-se de uma frase feita, a menos que se pretendesse que ela venha a expressar um pensamento original.
- (B) Se os valores antigos virem a se sobrepor aos novos, a sociedade passaria a apoiar-se em juízos anacrônicos e hábitos desfibrados.
- (C) Dizia o Barão de Itararé que, se ninguém cuidar da moralidade, não haveria razão para que todos não obtessem amplas vantagens.
- (D) Para que uma sociedade se cristalice e se estaquigne, basta que seus valores tivessem chegado à triste consolidação dos lugares-comuns.
- (E) Não conviria a ninguém valer-se de um cargo público para auferir vantagens pessoais, houvesse no horizonte a certeza de uma sanção.



Atenção: As questões de números 11 a 15 referem-se ao texto seguinte.

Espaço e tempo modernos

Nota-se nos romances mais representativos do século XX uma modificação análoga à que sucedeu com a pintura moderna, modificação que parece ser essencial à estrutura do modernismo. À eliminação do espaço ou da ilusão do espaço, na pintura, parece corresponder, no romance, a da sucessão temporal. A cronologia e a continuidade temporal foram abaladas, "os relógios foram destruídos". O romance moderno nasceu no momento em que Proust, Joyce e Gide começam a desfazer a ordem cronológica, fundindo passado, presente e futuro, fazendo prevalecer o princípio da simultaneidade sobre o da sucessão temporal.

A visão de uma realidade mais profunda, mais real que a do senso comum, é assim incorporada à forma total da obra de arte. O homem já não vive "no tempo", ele passa a "ser tempo", ou seja, a carregar dentro de si a dimensão de um tempo que não apenas flui, mas que problematiza a si mesmo.

(Adaptado de Anatol Rosenfeld. **Texto/contexto**)

11. Atente para as seguintes afirmações:

- I. O que há em comum entre a pintura e o romance está num novo tipo de consciência do tempo, pela qual se abole a sucessão de uma cronologia convencional.
- II. Nos romances de Proust, Joyce e Gide, a expressão do tempo começou a não mais corresponder à do senso comum, tornando-se mais complexa e mais consciente de si mesma.
- III. Deve-se entender com a expressão "os relógios foram destruídos" que, na modernidade, a passagem do tempo deixou de ter qualquer relevância.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, apenas.

12. A seguinte frase apresenta redação clara e correta, sendo coerente com o sentido geral do texto:

- (A) Se na pintura se aboliu o espaço realista, no romance também se fraudou o tempo em sua passagem, tornando-o mais complexo.
- (B) Vários escritores da modernidade deveram-na à eliminação da passagem do tempo, substituindo-o pela simultaneidade.
- (C) Na obra de arte moderna, o tempo não é tomado como um simples e constante fluir, mas como uma dimensão complexa do próprio ser.
- (D) Analogamente ao que sucedeu com a pintura e o espaço, o romance e o tempo passaram por uma evolução em cuja se problematizaram.
- (E) Nossos sentidos do senso comum passaram a ter que se aplicar, na pintura, a um novo espaço, assim como o novo tempo no romance.

13. O senso comum vê o tempo apenas como um constante fluir, não distingue o tempo como um fenômeno complexo, nem considera o tempo como uma realidade interior; muitos chegam mesmo a confundir o tempo com os ponteiros de um relógio.

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) Ihe distingue - Ihe considera - confundi-lo
- (B) o distingue - o considera - confundi-lo
- (C) o distingue - o considera - confundir-Ihe
- (D) distingue-o - considera-o - Ihe confundir
- (E) distingue-o - Ihe considera - confundir-Ihe

14. Formaram-se pelo processo de derivação sufixal as palavras

- (A) *realidade e temporal.*
- (B) *representativos e espaço.*
- (C) *visão e momento.*
- (D) *cronologia e análoga.*
- (E) *relógios e tempo.*

15. Considerando-se o contexto, nos segmentos análoga à que sucedeu com a pintura moderna (1º parágrafo) e incorporada à forma total da obra de arte (2º parágrafo), não haverá prejuízo para a correção caso se substituam os elementos sublinhados, respectivamente, por

- (A) *implícita com a que e adstrita pela forma.*
- (B) *ao par da que e introduzida à forma.*
- (C) *aproximativa pela que e assimilada diante da forma.*
- (D) *à semelhança da que e integrada na forma.*
- (E) *próxima com a que e absorta pela forma.*

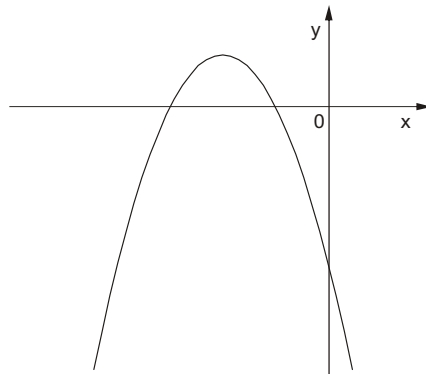


Matemática

16. Numa pesquisa respondida por todos os funcionários de uma empresa, 75% declararam praticar exercícios físicos regularmente, 68% disseram que fazem todos os exames de rotina recomendados pelos médicos e 17% informaram que não possuem nenhum dos dois hábitos. Em relação ao total, os funcionários desta empresa que afirmaram que praticam exercícios físicos regularmente e fazem todos os exames de rotina recomendados pelos médicos representam

- (A) 43%
- (B) 60%
- (C) 68%
- (D) 83%
- (E) 100%

17. O gráfico a seguir representa a função f , de domínio real, dada pela lei $f(x) = ax^2 + bx + c$.



Sabendo que a , b e c são constantes, é correto concluir que

- (A) $a < 0$, $b < 0$ e $c < 0$
- (B) $a < 0$, $b < 0$ e $c > 0$
- (C) $a < 0$, $b > 0$ e $c < 0$
- (D) $a < 0$, $b > 0$ e $c > 0$
- (E) $a > 0$, $b < 0$ e $c < 0$

18. Ana Maria decidiu preparar uma torta cuja receita indicava 200 gramas de chocolate em barra. Em sua dispensa, havia uma barra de 350 gramas, mas ela não dispunha de uma balança para pesar a quantidade necessária. Então, ela decidiu dividir a barra em partes iguais e pegar a quantidade de partes que correspondessem a 200 gramas. Dentre os esquemas abaixo, em que os retângulos escuros correspondem às partes da barra de chocolate usadas por Ana Maria, aquele que representa os 200 gramas pedidos na receita é

(A)

(B)

(C)

(D)

(E)



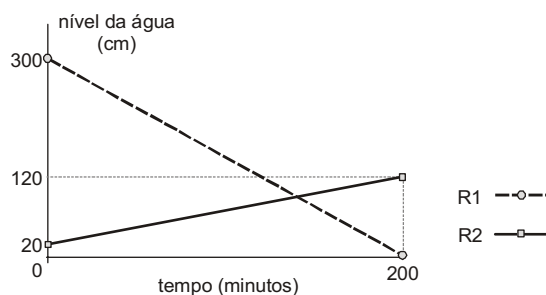
19. A tabela a seguir mostra a distribuição das notas dos alunos de uma classe numa prova constituída de dez testes de múltipla escolha, cada um valendo 1 ponto.

Nota	Quantidade de alunos
3	1
4	5
5	???
6	11
7	8
8	4
9	2

Se a média da classe nesta prova foi 6, então o número de alunos que tiraram 5 é igual a

- (A) 5
- (B) 6
- (C) 7
- (D) 8
- (E) 9

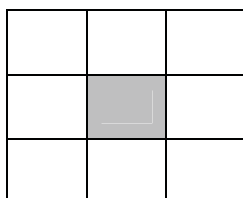
20. Toda a água existente num reservatório R_1 será transferida para outro reservatório R_2 , para que sejam feitas as manutenções necessárias. O gráfico a seguir representa o nível de água em cada reservatório em função do tempo, desde o início do processo.



Os níveis de água nos dois reservatórios ficaram iguais, após iniciado o processo, no tempo de

- (A) 1 hora e 40 minutos.
- (B) 1 hora e 50 minutos.
- (C) 2 horas.
- (D) 2 horas e 10 minutos.
- (E) 2 horas e 20 minutos.

21. Os nove primeiros números ímpares positivos deverão ser distribuídos pelas nove células do quadrado abaixo, de forma que a soma dos números de qualquer linha, qualquer coluna e qualquer diagonal seja sempre S (em cada célula deverá ser colocado um número diferente).

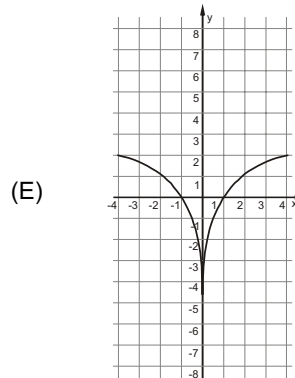
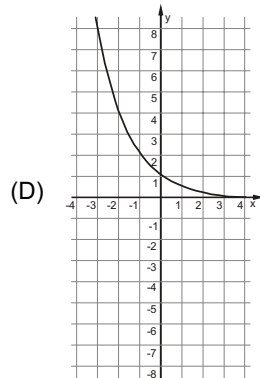
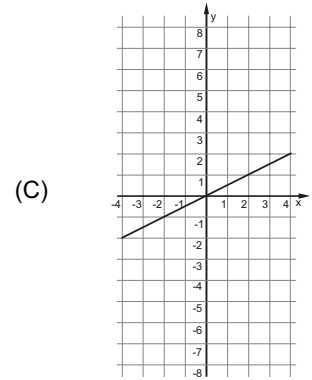
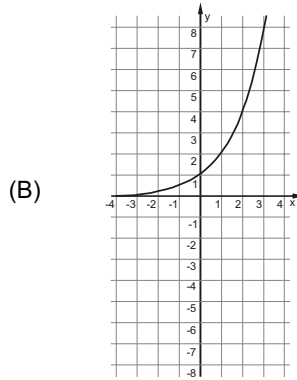
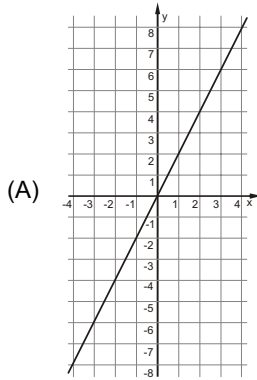


Nessas condições, o número que será colocado na célula escura e o valor de S são, respectivamente,

- (A) 5 e 15
- (B) 9 e 15
- (C) 5 e 27
- (D) 9 e 27
- (E) 15 e 33



22. Uma variável real y depende de uma variável real x de forma que, sempre que x aumenta 4 unidades, o valor de y aumenta 2 unidades. Dentre os gráficos abaixo, o único que pode representar a relação de dependência dessas duas variáveis é



23. Durante uma sessão no plenário da Assembleia Legislativa, o presidente da mesa fez a seguinte declaração, dirigindo-se às galerias da casa:

“Se as manifestações desrespeitosas não forem interrompidas, então eu não darei início à votação”.

Esta declaração é logicamente equivalente à afirmação

- (A) se o presidente da mesa deu início à votação, então as manifestações desrespeitosas foram interrompidas.
- (B) se o presidente da mesa não deu início à votação, então as manifestações desrespeitosas não foram interrompidas.
- (C) se as manifestações desrespeitosas forem interrompidas, então o presidente da mesa dará início à votação.
- (D) se as manifestações desrespeitosas continuarem, então o presidente da mesa começará a votação.
- (E) se as manifestações desrespeitosas não continuarem, então o presidente da mesa não começará a votação.

24. Uma compra de R\$ 164,00 será paga em duas parcelas, sendo a primeira à vista e a segunda um mês após a compra. A loja cobra um acréscimo de 5% por mês sobre o saldo devedor. Nessas condições, para que as duas parcelas sejam iguais, o valor de cada uma deverá ser

- (A) R\$ 82,00
- (B) R\$ 84,00
- (C) R\$ 84,05
- (D) R\$ 85,05
- (E) R\$ 86,10

25. Os 63 novos contratados para o cargo de agente técnico serão alocados em 21 salas atualmente vazias no prédio da Assembleia Legislativa. Cada sala terá pelo menos um agente e todo agente ficará em uma única sala. Nestas condições, pode-se concluir que, necessariamente,

- (A) haverá três agentes em cada sala.
- (B) não haverá salas com quatro agentes.
- (C) poderá haver uma sala com 50 agentes.
- (D) haverá salas com um único agente.
- (E) haverá pelo menos uma sala com três ou mais agentes.

**Noções de Informática**

26. O espaçamento entre as linhas de um parágrafo do MS Word, aumentado em 100% a partir do espaçamento simples, é definido apenas pela opção
- (A) Exatamente = 2 ou Duplo.
(B) Múltiplos = 2 ou Duplo.
(C) Múltiplos = 2 ou Exatamente = 2.
(D) Pelo menos = 2 ou Duplo.
(E) Duplo.
27. Para repetir uma linha de cabeçalho de uma tabela no início de cada página do MS Word, deve-se, na janela "Propriedades da tabela", assinalar a referida opção na guia
- (A) Tabela.
(B) Página.
(C) Linha.
(D) Cabeçalho.
(E) Dividir tabela.
28. Sobre cabeçalhos e rodapés aplicados no MS Word, considere:
- I. Em um documento com seções é possível inserir, alterar e remover diferentes cabeçalhos e rodapés para cada seção.
- II. Em um documento é possível inserir um cabeçalho ou rodapé para páginas ímpares e um cabeçalho ou rodapé diferente para páginas pares.
- III. Os cabeçalhos e rodapés podem ser removidos da primeira página de um documento.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
(B) I, II e III.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) III, apenas.
29. Assinalar "Quebrar texto automaticamente" em Formatar Células de uma planilha MS Excel indica a possibilidade da quebra do texto em várias linhas, cujo número de linhas dentro da célula depende da
- (A) largura da coluna, apenas.
(B) mesclagem da célula, apenas.
(C) largura da coluna e da mesclagem da célula, apenas.
(D) largura da coluna e do comprimento do conteúdo da célula, apenas.
(E) largura da coluna, do comprimento do conteúdo da célula e da mesclagem da célula.
30. Em uma classificação crescente, o MS Excel usa a ordem a seguir:
- (A) Células vazias, valores lógicos, textos, datas e números.
(B) Células vazias, textos, valores lógicos, datas e números.
(C) Números, valores lógicos, datas, textos e células vazias.
(D) Números, datas, valores lógicos, textos e células vazias.
(E) Números, datas, textos, valores lógicos e células vazias.
31. Os dados organizados apenas em uma coluna ou apenas em uma linha de uma planilha MS Excel são exigências para serem plotados em um gráfico de
- (A) pizza.
(B) radar.
(C) barras.
(D) linhas.
(E) colunas.
32. Uma área de trabalho do MS Windows XP com resolução de tela de 800 × 600 pixels corresponde a uma resolução
- (A) baixa, com uma área de tela menor e os itens de tela menores.
(B) baixa, com uma área de tela maior e os itens de tela menores.
(C) baixa, com uma área de tela menor e os itens de tela maiores.
(D) alta, com uma área de tela maior e os itens de tela maiores.
(E) alta, com uma área de tela menor e os itens de tela maiores.
33. Quando uma pasta for aberta em Meus Documentos do MS Windows XP, os seus arquivos e subpastas serão exibidos como ícones. À direita de cada ícone, aparecerá o nome da subpasta ou arquivo e, abaixo do nome, as informações da classificação escolhida para exibição, se no menu Exibir for escolhida a opção
- (A) Lista.
(B) Ícones.
(C) Detalhes.
(D) Miniaturas.
(E) Lado a lado.
34. NÃO se trata de um componente da Barra de tarefas exibida na Área de trabalho do MS Windows XP:
- (A) Botão Iniciar.
(B) Área de notificação.
(C) Área de botões de tarefa.
(D) Barra de *status* das tarefas.
(E) Barra de inicialização rápida.
35. No Windows XP, se um arquivo for arrastado pelo mouse, pressionando-se simultaneamente a tecla ALT, será
- (A) criado na pasta de destino um atalho para o arquivo, se as pastas de origem e destino estiverem na mesma unidade ou se estiverem em unidades diferentes.
(B) criado na pasta de destino um atalho para o arquivo, se as pastas de origem e destino estiverem apenas em unidades diferentes.
(C) copiado o arquivo na pasta de destino, se as pastas de origem e destino estiverem na mesma unidade ou se estiverem em unidades diferentes.
(D) copiado o arquivo na pasta de destino, se as pastas de origem e destino estiverem apenas em unidades diferentes.
(E) movido o arquivo para a pasta de destino, se as pastas de origem e destino estiverem na mesma unidade ou se estiverem em unidades diferentes.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Ambiental

36. Com relação ao Sistema Nacional do Meio Ambiente, a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República é classificada como órgão

- (A) executor.
- (B) central.
- (C) consultivo.
- (D) deliberativo.
- (E) seccional.

37. Compete ao CONAMA

- I. estabelecer, mediante proposta do Conselho de Governo, normas e critérios para o licenciamento de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, a serem concedidos pelos Estados e supervisionados pelo Poder Judiciário.
- II. estabelecer, privativamente, normas e padrões nacionais de controle da poluição por veículos automotores, aeronaves e embarcações, mediante audiência dos Ministérios competentes.
- III. determinar, mediante representação do IBAMA, a perda ou restrição de benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público, em caráter geral ou condicional, e a perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito.
- IV. decidir, como última instância administrativa em grau de recurso, independentemente de depósito prévio, sobre as multas e outras penalidades impostas pela Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República.
- V. estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, principalmente os hídricos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e V.
- (E) III e IV.

38. Em relação à Política Nacional de Recursos Hídricos, é correto afirmar que independe de outorga do Poder Público, conforme definido em regulamento,

- (A) a extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo.
- (B) a derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, inclusive abastecimento público, ou insumo de processo produtivo.
- (C) o uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural.
- (D) o lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final.
- (E) o aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

39. É princípio básico para o funcionamento do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos

- (A) o fornecimento de subsídios para a elaboração dos Planos de Recursos Hídricos.
- (B) a centralização da obtenção e produção de dados e informações.
- (C) a reunião de informações sobre a situação qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos no Brasil.
- (D) a atualização permanente das informações sobre disponibilidade e demanda de recursos hídricos em todo o território nacional.
- (E) a coordenação unificada do sistema.

Direito Previdenciário

40. O Conselho de Administração da SPPREV – São Paulo Previdência será composto por 14 membros efetivos e respectivos suplentes, com mandato de 2 anos, permitida uma recondução. Da sua composição fará parte, dentre outros,

- (A) um membro efetivo e respectivo suplente, indicados pelos servidores inativos do Poder Executivo, ex-titulares de cargos efetivos, e seus pensionistas.
- (B) dois membros efetivos e respectivos suplentes, indicados pelos servidores ativos e inativos do Poder Legislativo, ambos escolhidos entre seus servidores titulares de cargos efetivos.
- (C) dois membros efetivos e respectivos suplentes, indicados pelos servidores ativos e inativos das Universidades estaduais, e seus pensionistas.
- (D) dois membros efetivos e respectivos suplentes, indicados pelos militares do serviço ativo, da reserva remunerada ou reformado, e seus pensionistas.
- (E) nove membros efetivos e respectivos suplentes, indicados pelo Governador do Estado, sendo um membro efetivo e seu suplente, obrigatoriamente da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

41. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas. Os servidores do sexo masculino com sessenta anos de idade e trinta e cinco anos de contribuição, abrangidos por este regime de previdência serão aposentados

- (A) voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no serviço público e no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- (B) compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- (C) compulsoriamente, com proventos integrais relacionados na Constituição Federal brasileira.
- (D) voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- (E) voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.



42. Magda, segurada da Previdência Social, adotou uma criança de dois anos e sete meses completos de idade. Neste caso, Magda
- (A) terá direito ao salário-maternidade pelo período de cento e vinte dias.
 - (B) terá direito ao salário-maternidade pelo período de sessenta dias.
 - (C) terá direito ao salário-maternidade pelo período de noventa dias.
 - (D) terá direito ao salário-maternidade pelo período de trinta dias.
 - (E) não terá direito ao salário-maternidade, por ausência de disposição legal neste sentido.
43. Considere as seguintes assertivas a respeito do Regime Geral da Previdência Social:
- I. É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
 - II. A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base a média aritmética do valor dos proventos recebidos em cada ano.
 - III. Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e consequente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei.
 - IV. O Regime Geral da Previdência Social possui caráter contributivo e filiação obrigatória, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- De acordo com a Constituição Federal brasileira, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e III.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) II e IV.
- Direito Constitucional**
44. Em relação aos direitos e deveres individuais e coletivos, determina a Constituição que
- (A) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para investigar suspeita de crime por ordem de autoridade policial.
 - (B) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que solicitem autorização à autoridade competente.
 - (C) emenda constitucional poderá abolir o direito à herança com base na função social da propriedade.
 - (D) ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
 - (E) a obtenção de certidões em repartições públicas para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal é um direito assegurado mediante o pagamento de taxas módicas.
45. No âmbito da legislação concorrente, conforme a estrutura federativa brasileira,
- (A) são reservadas aos Municípios as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição, ditas competências remanescentes.
 - (B) inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena para atender a suas peculiaridades.
 - (C) compete aos Estados legislar sobre assuntos de interesse local.
 - (D) compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.
 - (E) a competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos Estados e dos Municípios.
46. No Brasil, as funções atípicas, relacionadas à teoria da separação de poderes,
- (A) são consideradas inconstitucionais, pois ferem a harmonia e a independência dos Poderes.
 - (B) só poderão ser realizadas mediante expressa previsão legal.
 - (C) possibilitam ao Senado Federal julgar o Presidente da República por crime de responsabilidade.
 - (D) permitem aos Tribunais Superiores aprovar súmula com efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário.
 - (E) garantem ao Poder Executivo prerrogativa para apurar fato determinado e por prazo certo com poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.
47. Em relação ao Poder Legislativo dos Estados-Membros da federação brasileira, é correto asseverar que
- (A) o número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.
 - (B) apresenta uma estrutura bicameral decorrente da obrigatoriedade de haver simetria entre os órgãos legislativos da Federação.
 - (C) o subsídio dos Deputados Estaduais será fixado por lei de iniciativa do Congresso Nacional, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Federais.
 - (D) as regras sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidade, remuneração, perda de mandato, licença e impedimentos, aplicadas aos Deputados Federais, não se aplicam aos Deputados Estaduais.
 - (E) as Assembleias Legislativas poderão criar comissões parlamentares de inquérito, desde que autorizadas pelo Congresso Nacional.



<p>48. Estabelecem as regras constitucionais sobre o processo legislativo ordinário que</p> <p>(A) o Presidente da República e o Presidente do Supremo Tribunal Federal poderão solicitar urgência para a apreciação de projetos de sua iniciativa.</p> <p>(B) a discussão e votação de projetos de lei de iniciativa do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início no Senado Federal.</p> <p>(C) os projetos de lei propostos pelo Presidente da República e aprovados pelo Congresso Nacional sem emendas parlamentares não precisam ser sancionados pelo Chefe do Poder Executivo.</p> <p>(D) veto presidencial interposto por motivos de inconstitucionalidade só poderá ser derrubado pelo voto da maioria absoluta dos membros da Comissão de Constituição e Justiça do Congresso Nacional.</p> <p>(E) compete privativamente ao Presidente da República propor projeto de lei que disponha sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica federal ou aumento de sua remuneração.</p>	<p>51. O prévio procedimento licitatório é a regra geral aplicável às contratações efetuadas pela Administração, sendo porém dispensado, nos termos da Lei federal nº 8.666/93,</p> <p>(A) para a contratação de serviços de publicidade e divulgação.</p> <p>(B) para a alienação de ações, que podem ser negociadas em Bolsa de Valores, observada a legislação pertinente.</p> <p>(C) quando não acudirem interessados nas licitações anteriores, instauradas para o mesmo objeto, e desde que realizadas por, no mínimo, três vezes.</p> <p>(D) para alienação de bens imóveis adquiridos em processo judicial ou por dação em pagamento.</p> <p>(E) nas hipóteses de inviabilidade de competição, em face da existência de fornecedor exclusivo ou marca de preferência da Administração.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Administrativo</p> <p>49. A respeito das entidades integrantes da Administração indireta, é correto afirmar que</p> <p>(A) as autarquias, as fundações, as empresas públicas e as sociedades de economia mista estão sujeitas ao regime jurídico de direito público.</p> <p>(B) as empresas públicas e as sociedades de economia mista sujeitam-se ao regime de direito privado, exceto no que diz respeito às obrigações tributárias e trabalhistas.</p> <p>(C) as autarquias possuem as mesmas prerrogativas das pessoas jurídicas públicas políticas, exceto no que diz respeito à penhorabilidade de seus bens.</p> <p>(D) as sociedades de economia mista são constituídas de acordo com as regras do direito privado e submetem-se à legislação trabalhista, tributária, civil e societária, porém a sua criação depende de prévia autorização legislativa.</p> <p>(E) todas elas submetem-se ao mesmo regime jurídico das entidades integrantes da Administração direta, exceto para as empresas públicas e as sociedades de economia mista no que diz respeito ao regime trabalhista de seus empregados, que é o mesmo aplicável às empresas privadas.</p>	<p>52. A regra da responsabilidade objetiva do Estado exige, segundo a previsão constitucional correspondente, que o dano seja causado por agente público que atue nessa qualidade, sendo considerados agentes públicos</p> <p>(A) os servidores públicos, os agentes políticos e os particulares que atuam em colaboração com o poder público.</p> <p>(B) apenas aqueles que atuam investidos em cargos, funções, mandatos ou comissões, por nomeação, eleição, designação ou delegação.</p> <p>(C) apenas aqueles que possuem vínculo estatutário com a Administração pública.</p> <p>(D) apenas aqueles detentores de mandato eletivo.</p> <p>(E) apenas aqueles com vínculo laboral com a Administração, celetista ou estatutário, e os detentores de mandato eletivo.</p>
<p>50. Os bens públicos podem ser classificados de acordo com a sua destinação. São bens</p> <p>(A) de uso comum do povo aqueles afetados a um determinado serviço ou finalidade pública, tais como os edifícios onde se situam os órgãos públicos.</p> <p>(B) de uso especial apenas aqueles destinados ao particular por concessão ou permissão de uso.</p> <p>(C) dominicais aqueles de domínio do Estado não afetados a uma finalidade pública.</p> <p>(D) de uso especial aqueles destinados, por lei, a entidades integrantes da Administração indireta.</p> <p>(E) dominicais aqueles destinados à fruição de toda a coletividade, como, por exemplo, as praças e as vias públicas.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Civil</p> <p>53. Nas obrigações alternativas, se, por culpa do devedor, não se puder cumprir nenhuma das prestações, não competindo ao credor a escolha, ficará aquele obrigado a pagar o valor</p> <p>(A) de qualquer das duas, mais as perdas e danos que o caso determinar.</p> <p>(B) da que por último se impossibilitou, não sendo devidas as perdas e danos.</p> <p>(C) da que se impossibilitou primeiro, mais as perdas e danos que o caso determinar.</p> <p>(D) da que se impossibilitou primeiro, não sendo devidas as perdas e danos.</p> <p>(E) da que por último se impossibilitou, mais as perdas e danos que o caso determinar.</p>



54. Considere as seguintes assertivas sobre a posse:
- I. Se duas ou mais pessoas possuírem coisa indivisa, poderá cada uma exercer sobre ela atos possessórios, contanto que não excluam os dos outros compossuidores.
 - II. A posse do imóvel faz presumir, até prova contrária, a das coisas móveis que nele estiverem.
 - III. Ao possuidor de má-fé serão ressarcidas somente as benfeitorias necessárias, sendo-lhe assegurado o direito de retenção pela importância destas.
 - IV. A posse direta, de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal, ou real, anula a indireta, de quem aquela foi havida, não podendo o possuidor direto defender a sua posse contra o indireto.
- Nos termos do Código Civil brasileiro, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I, II e III.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) II e IV.
 - (E) III.

55. No que concerne à invalidade dos negócios jurídicos, de acordo com o Código Civil brasileiro é INCORRETO afirmar:
- (A) Só os interessados poderão alegar a anulabilidade de um negócio jurídico, que aproveitará exclusivamente aos que a alegarem, salvo o caso de solidariedade ou indivisibilidade.
 - (B) Respeitada a intenção das partes, a invalidade parcial de um negócio jurídico não o prejudicará na parte válida, se esta for separável.
 - (C) É escusada a confirmação expressa, quando o negócio já foi cumprido em parte pelo devedor, ciente do vício que o inquinava.
 - (D) O negócio jurídico nulo é suscetível de confirmação e convalesce pelo decurso do tempo.
 - (E) Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de dois anos, a contar da data da conclusão do ato.

56. Sobre a adoção, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar:
- (A) O estágio de convivência poderá ser dispensado se o adotando já estiver sob a tutela ou guarda legal do adotante durante tempo suficiente para que seja possível avaliar a conveniência da constituição do vínculo.
 - (B) O estágio de convivência, cumprido no território nacional, será de, no mínimo, quinze dias, no caso de adoção por pessoa ou casal residente ou domiciliado fora do País.
 - (C) O acesso ao processo de adoção não poderá, em nenhuma hipótese, ser deferido ao adotado menor de 18 anos, mesmo a seu pedido.
 - (D) Podem adotar somente aqueles que tenham mais de 21 anos de idade, independentemente do estado civil.
 - (E) A adoção não poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do procedimento, antes de prolatada a sentença.

Direito Tributário

57. Alguns tributos só podem ser instituídos por lei complementar, por disposição constitucional expressa. Se enquadrar nesta hipótese
- (A) os impostos extraordinário e residual.
 - (B) a contribuição de intervenção no domínio econômico e o empréstimo compulsório.
 - (C) o imposto residual e o empréstimo compulsório.
 - (D) o empréstimo compulsório e o imposto extraordinário.
 - (E) a contribuição social e a contribuição de interesse das categorias profissionais ou econômicas.
58. Diante das constantes enchentes que vêm assolando o município de São Paulo, se o governo municipal pretender prorrogar a data de vencimento do pagamento do IPTU 2010 e, ainda, perdoar o crédito já notificado aos contribuintes atingidos pela enchente deverá, respectivamente, conceder
- (A) isenção e anistia.
 - (B) anistia e remissão.
 - (C) remissão e anistia.
 - (D) moratória e remissão.
 - (E) moratória e anistia.
59. A concessão de isenção de certo tributo para um determinado setor produtivo, que esteja passando por dificuldades de mercado, em detrimento de outros setores produtivos,
- (A) é inconstitucional, por violar o princípio da capacidade contributiva.
 - (B) pode ser feita pela União relativamente a tributos estaduais, desde que também esteja concedendo isenção para um tributo federal.
 - (C) é ilegal, pois o Código Tributário Nacional só prevê isenção em caráter geral.
 - (D) é inconstitucional, por violar o princípio da uniformidade geográfica.
 - (E) é constitucional, atendendo, em tese, ao princípio da isonomia.
60. É da competência constitucional legislativa dos Estados a instituição de
- (A) impostos não discriminados expressamente na Constituição Federal, dentro da competência residual.
 - (B) taxas, pelo exercício regular de poder de polícia de competência estadual.
 - (C) contribuição de intervenção no domínio econômico.
 - (D) imposto sobre a transmissão *inter vivos* de bens imóveis a título oneroso.
 - (E) empréstimo compulsório para cobrir despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública.

